

SEGURANÇA HUMANA E ONDAS MIGRATÓRIAS: ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

HUMAN SECURITY AND MIGRATORY WAVES: THE CURRENT BRAZILIAN CONTEXT

SEGURIDAD HUMANA Y OLAS MIGRATORIAS: EL CONTEXTO BRASILEÑO ACTUAL



10.56238/sevenVIIImulti2026-048

Malon Sousa Calderaro

Mestrando

Instituição: Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)

E-mail: Marlon.calderaro2@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3167-0106>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0157814416706619>

André Ricardo Fonseca da Silva

Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3167-0106>

Lattes: 1385098010426373

RESUMO

Este artigo trata da relação entre migrações internacionais, segurança humana e políticas de proteção integral, com ênfase nos fluxos migratórios venezuelanos e nas respostas humanitárias implementadas pelo Brasil por meio da Operação Acolhida. Considerando o aumento expressivo de migrantes nos últimos anos, as demandas sociais, econômicas e humanitárias decorrentes desse fenômeno, busca-se avaliar se as ações desenvolvidas pelo Estado, em parceria com organizações da sociedade civil, têm sido eficazes na promoção da segurança humana e na garantia de direitos básicos aos migrantes. A partir de abordagem qualitativa, utilizando revisão documental e análise de dados secundários, concluiu-se que as respostas brasileiras apresentam avanços significativos, sobretudo na coordenação interinstitucional e na oferta de serviços essenciais, mas ainda enfrentam desafios estruturais relacionados à inclusão social, acesso ao trabalho formal e combate à vulnerabilidade. O estudo evidencia a necessidade de políticas integradas e de longo prazo, capazes de assegurar não apenas assistência emergencial, mas também proteção abrangente e sustentável, reconhecendo os migrantes como sujeitos de direitos e promovendo sua plena integração social, econômica e cultural.

Palavras-chave: Fluxos Migratórios. Segurança Humana. Operação Acolhida.

ABSTRACT

This article examines the relationship between international migration, human security, and comprehensive protection policies, with a particular focus on Venezuelan migratory flows and the humanitarian response implemented by Brazil through Operation Welcome (Operação Acolhida). In light of the significant increase in migrants in recent years and the resulting social, economic, and

humanitarian demands, the study seeks to assess whether the actions undertaken by the State, in partnership with civil society organizations, have been effective in promoting human security and ensuring basic rights for migrants. Using a qualitative approach based on documentary review and analysis of secondary data, the study concludes that Brazil's response has made notable progress, especially in inter-institutional coordination and the provision of essential services, yet structural challenges persist, including social inclusion, access to formal employment, and the reduction of vulnerability. The findings highlight the need for integrated, long-term public policies capable of ensuring not only emergency assistance but also comprehensive and sustainable protection, recognizing migrants as rights holders and promoting their full social, economic, and cultural integration.

Keywords: Migratory Flows. Human Security. Operation Welcome.

RESUMEN

Este artículo aborda la relación entre la migración internacional, la seguridad humana y las políticas de protección integral, con énfasis en los flujos migratorios venezolanos y las respuestas humanitarias implementadas por Brasil a través de la Operación Acogida. Considerando el aumento significativo de migrantes en los últimos años y las consiguientes demandas sociales, económicas y humanitarias, este estudio busca evaluar si las acciones desarrolladas por el Estado, en colaboración con organizaciones de la sociedad civil, han sido efectivas para promover la seguridad humana y garantizar los derechos fundamentales de los migrantes. Mediante un enfoque cualitativo, mediante la revisión de documentos y el análisis de datos secundarios, el estudio concluye que las respuestas brasileñas han logrado avances significativos, en particular en la coordinación interinstitucional y la prestación de servicios esenciales, pero aún enfrentan desafíos estructurales relacionados con la inclusión social, el acceso al empleo formal y la lucha contra la vulnerabilidad. El estudio destaca la necesidad de políticas integradas y a largo plazo capaces de garantizar no solo la asistencia de emergencia, sino también una protección integral y sostenible, reconociendo a los migrantes como sujetos de derechos y promoviendo su plena integración social, económica y cultural.

Palabras clave: Flujos Migratorios. Seguridad Humana. Operación Acogida.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da migração venezuelana no Brasil, focalizando especialmente as respostas humanitárias implementadas pelo Estado e por instituições parceiras, bem como as políticas voltadas à proteção integral dos migrantes. A pesquisa busca compreender de que forma essas ações contribuem para garantir direitos básicos, inclusão social e acesso a serviços essenciais, diante de um fluxo migratório intenso e contínuo.

O problema central da investigação concentra-se em avaliar a eficácia das medidas adotadas pelo Estado, em articulação com organizações da sociedade civil, na promoção da segurança humana dos migrantes. Isso envolve considerar tanto a proteção física e socioeconômica quanto a atenção a dimensões psicológicas e culturais, essenciais para o bem-estar integral das pessoas deslocadas. A análise procura identificar lacunas, desafios e oportunidades para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas de acolhimento.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa foi estruturada como um estudo descritivo e analítico de caráter qualitativo. Para isso, foram utilizados revisão documental e análise de dados secundários, permitindo compreender o contexto migratório, as ações implementadas e seus impactos na segurança humana. A escolha desse método possibilita uma avaliação aprofundada das práticas institucionais, evidenciando relações, tendências e resultados que orientam recomendações para políticas mais eficazes.

Por fim, o presente artigo está dividido em quatro tópicos, sendo o primeiro dedicado à introdução e o último às considerações finais. O segundo tópico aborda os conceitos e dimensões da segurança humana, analisando como políticas públicas e práticas de acolhimento contribuem para a proteção de migrantes e refugiados. Já o terceiro tópico, examina os impactos da migração venezuelana e as ações coordenadas do Estado brasileiro e instituições parceiras no acolhimento e integração dessas populações. O quarto tópico discute o papel do Exército Brasileiro na promoção da segurança humana, destacando como o preparo e emprego militar contribuem para a proteção física, social e econômica dos migrantes.

2 PROTEÇÃO INTEGRAL E SEGURANÇA HUMANA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente tópico aborda a relação entre a proteção integral e a segurança humana no contexto das migrações internacionais, examinando como diferentes dimensões da segurança, física, econômica, social, política e ambiental, influenciam a vida de migrantes e refugiados.

2.1 DIMENSÕES DA SEGURANÇA HUMANA E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DE MIGRANTES

A segurança humana, conceito desenvolvido pela ONU em 1994, representa uma mudança paradigmática na forma de compreender proteção e bem-estar, deslocando o foco da segurança do Estado para a proteção das pessoas. Diferentemente da abordagem tradicional, centrada em fronteiras e defesa militar, a segurança humana enfatiza a garantia da vida digna, considerando múltiplas dimensões que impactam diretamente a existência e a autonomia dos indivíduos. Nesse sentido, a segurança deixa de ser apenas ausência de conflitos armados para se tornar um conjunto de condições que asseguram a sobrevivência, a liberdade e o desenvolvimento das pessoas (Cerávolo, 2019).

Entre as dimensões centrais da segurança humana estão a econômica, a alimentar, a ambiental, a de saúde, a pessoal, a comunitária e a política. A dimensão econômica envolve a garantia de renda, emprego e acesso a recursos suficientes para uma vida digna. A segurança alimentar refere-se à disponibilidade e ao acesso contínuo a alimentos adequados e nutritivos. A dimensão ambiental destaca a proteção contra desastres naturais e degradação ambiental, enquanto a de saúde garante o acesso a serviços médicos e prevenção de doenças (Almeida, 2020).

A segurança pessoal protege os indivíduos contra violência, abuso e exploração, e a comunitária enfatiza a coesão social e a participação em redes de apoio, essenciais para o bem-estar coletivo. Já a dimensão política se refere à proteção de direitos civis, liberdade de expressão e participação em processos decisórios, assegurando que indivíduos e grupos possam exercer sua cidadania plena. Esses elementos mostram que a segurança humana é necessariamente multidimensional, pois a ausência de qualquer uma dessas condições compromete a integridade e a dignidade das pessoas (Salazar, 2021).

No contexto das migrações internacionais, a aplicação da segurança humana se torna particularmente relevante. Migrantes, em razão de deslocamentos forçados ou voluntários, frequentemente se veem expostos a múltiplas vulnerabilidades simultâneas, que abrangem desde a perda de condições econômicas e moradia até a ameaça à integridade física e ao acesso a direitos fundamentais. A compreensão da segurança humana como multidimensional permite analisar esses deslocamentos de forma integrada, considerando tanto a proteção imediata quanto a inclusão social e o desenvolvimento de capacidades (Vaz et al., 2017).

Os fluxos migratórios internacionais são impulsionados por diversas causas estruturais e conjunturais. Conflitos armados e instabilidade política forçam populações a abandonarem suas casas em busca de proteção. Crises econômicas profundas, muitas vezes acompanhadas de desemprego em massa e falta de serviços básicos, incentivam a busca por melhores condições de vida em outros países. Desastres naturais, agravados pelas mudanças climáticas, também se destacam como fatores de deslocamento forçado, comprometendo a segurança ambiental e econômica das populações afetadas (Simões, 2018).

Perseguições políticas, religiosas ou étnicas configuram outro vetor relevante das migrações internacionais. Grupos minoritários, em situações de ameaça constante, enfrentam insegurança pessoal e comunitária severa, sendo obrigados a buscar refúgio em contextos que lhes ofereçam proteção. Esses deslocamentos colocam os migrantes em situações de extrema vulnerabilidade, pois, além de terem suas vidas ameaçadas em seus países de origem, muitas vezes encontram barreiras para acesso a direitos básicos nos países de destino (Cerávolo, 2019).

A insegurança estrutural enfrentada pelos migrantes inclui a ausência de moradia adequada, dificuldades para acesso à saúde, educação e serviços sociais, além da vulnerabilidade à exploração laboral. A precarização do trabalho informal, frequentemente ocupando funções sub-remuneradas e sem garantias trabalhistas, compromete a dimensão econômica da segurança humana. Essa realidade evidencia que a proteção de migrantes não deve se restringir a medidas emergenciais, mas incluir estratégias de inclusão social e econômica de longo prazo (Souza, 2020).

Além da dimensão econômica, a segurança alimentar representa um desafio constante para migrantes em deslocamento. A falta de acesso regular a alimentos seguros e nutritivos compromete diretamente a saúde e a capacidade de integração dessas populações. Programas de assistência alimentar emergencial, embora necessários, precisam ser complementados por políticas que promovam autonomia e segurança alimentar sustentável, garantindo que migrantes possam desenvolver independência e dignidade em seus novos contextos (Rodrigues, 2021).

A dimensão de saúde se revela igualmente crítica, uma vez que migrantes frequentemente chegam aos países de destino sem acesso contínuo a serviços médicos ou vacinação adequada. A exposição a doenças infecciosas, somada a condições precárias de moradia e alimentação, aumenta os riscos à saúde física e mental. Estratégias de saúde pública devem, portanto, incluir atenção específica aos migrantes, garantindo atendimento integral e prevenindo a propagação de vulnerabilidades para toda a população (Simões, 2018).

A segurança pessoal e comunitária é ameaçada por múltiplos fatores, incluindo violência urbana, discriminação, xenofobia e exploração sexual ou laboral. Migrantes podem ser alvos de crimes e abuso, o que compromete não apenas sua integridade física, mas também sua capacidade de construir redes sociais de apoio. A proteção nessas dimensões requer políticas de segurança integradas, educação intercultural e iniciativas que promovam coesão social, prevenindo marginalização e exclusão (Almeida, 2020).

A dimensão política da segurança humana também é essencial para migrantes. O acesso à documentação legal, a direitos civis e à participação em processos decisórios determina a capacidade de integração e a efetividade da cidadania. Sem esses instrumentos, migrantes permanecem à margem das estruturas institucionais, o que os torna vulneráveis a abusos e limita seu potencial de contribuição

social e econômica. A regularização migratória e a proteção jurídica são, portanto, componentes fundamentais da segurança humana (Salazar, 2021).

Exemplos recentes ilustram essas múltiplas vulnerabilidades. A migração venezuelana para o Brasil, em especial para estados como Roraima, gerou sobrecarga nos serviços públicos e expôs os migrantes a situações de precariedade habitacional e risco alimentar. Haitianos, sírios e afegãos também enfrentam desafios semelhantes em diferentes regiões, enfrentando barreiras linguísticas, culturais e legais que dificultam a integração plena. Esses casos demonstram que a proteção integral dos migrantes exige respostas coordenadas e multidimensionais (Duarte, 2019).

A abordagem tradicional de segurança, centrada em defesa territorial e controle fronteiriço, mostra-se insuficiente para lidar com os desafios das migrações internacionais contemporâneas. A segurança humana, ao priorizar a proteção das pessoas e suas necessidades básicas, oferece um quadro analítico mais adequado para compreender e enfrentar os riscos enfrentados pelos migrantes. Essa mudança de paradigma é essencial para desenvolver políticas públicas eficazes e humanizadas (Souza, 2018).

A segurança multidimensional reconhece que dimensões como saúde, moradia, alimentação, proteção contra violência e direitos civis são interdependentes. A ausência de qualquer uma delas compromete a integridade e a dignidade das pessoas, tornando-as vulneráveis a crises sucessivas. No contexto migratório, essa perspectiva permite identificar onde a intervenção é mais urgente e como diferentes políticas podem se complementar para promover proteção efetiva e desenvolvimento humano (Salazar, 2021).

Portanto, migrantes devem ser compreendidos como sujeitos de direitos que demandam proteção simultânea em múltiplas dimensões. Políticas públicas e iniciativas internacionais precisam adotar uma visão integrada da segurança humana, promovendo inclusão social, acesso a serviços básicos, proteção contra violência e participação plena na vida econômica e política. Só assim será possível garantir que as migrações internacionais contribuam para o desenvolvimento humano e social, em vez de reproduzir vulnerabilidades (Almeida, 2020).

3 FLUXOS MIGRATÓRIOS VENEZUELANOS NO CONTEXTO GLOBAL E A RESPOSTA HUMANITÁRIA BRASILEIRA: A OPERAÇÃO ACOLHIDA

O presente tópico visa analisar os fluxos migratórios venezuelanos e a atuação brasileira por meio da Operação Acolhida, destacando a importância de respostas coordenadas que garantam acolhimento, proteção, dignidade e acesso a direitos básicos aos migrantes.

3.1 MIGRAÇÃO VENEZUELANA E A OPERAÇÃO ACOLHIDA: DESAFIOS E RESPOSTAS NO BRASIL

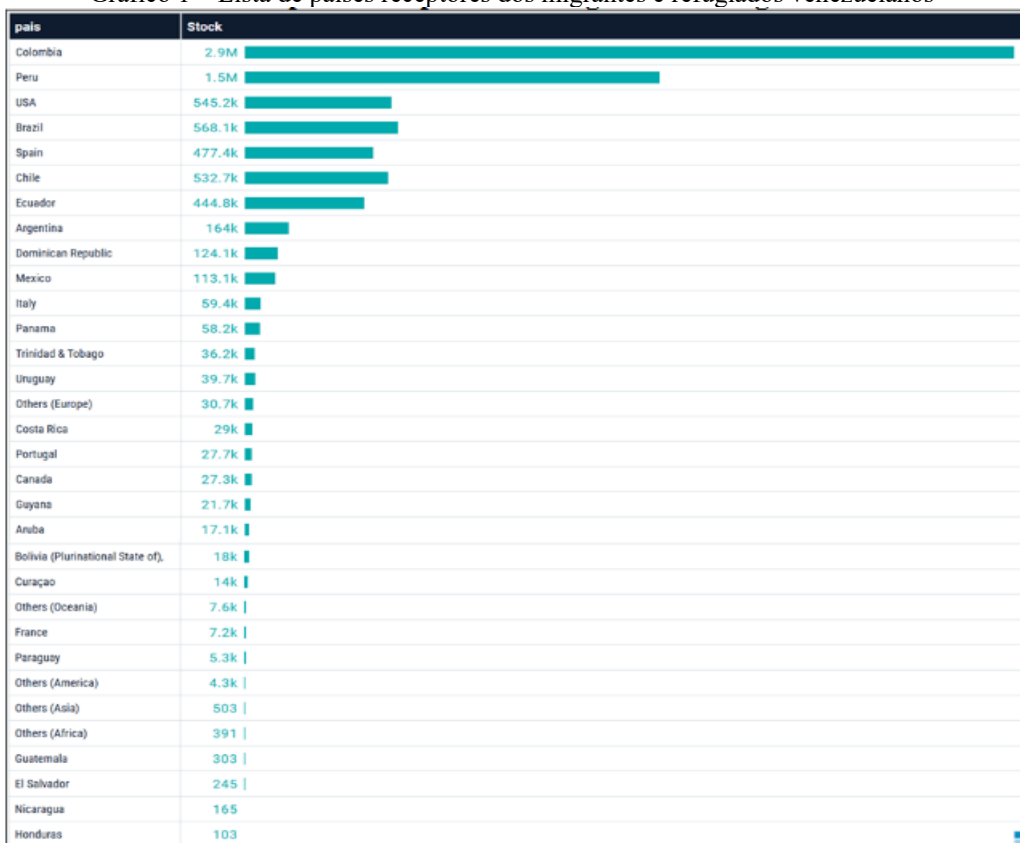
A crise na Venezuela, que se intensificou a partir de 2014, desencadeou uma migração em massa de sua população, afetando profundamente a região da América Latina e Caribe. O país enfrenta uma combinação de crises políticas, econômicas, sociais e humanitárias, incluindo hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, e repressão política. Essa conjuntura tem forçado milhões de venezuelanos a buscar proteção e melhores condições de vida fora de suas fronteiras, transformando o fenômeno migratório em um dos maiores desafios humanitários da região (Rodrigues, 2021).

Quando comparada a outras crises migratórias globais, como as ocorridas na Síria, Afeganistão ou Haiti, a situação venezuelana apresenta particularidades que exigem respostas adaptadas. Embora menos divulgada internacionalmente do que os fluxos provenientes da Síria, a migração venezuelana se distingue pelo volume expressivo de pessoas deslocadas em um curto período e pela concentração em países vizinhos, especialmente Colômbia, Brasil e Peru. Essa proximidade geográfica intensifica o impacto sobre infraestrutura local e serviços públicos (Salazar, 2021).

A magnitude do fluxo é impressionante: estima-se que milhões de venezuelanos tenham deixado o país, constituindo a maior diáspora da história recente da América Latina. Essa escala revela não apenas a gravidade da crise interna, mas também a necessidade de políticas regionais coordenadas para lidar com a emergência humanitária. A mobilidade massiva evidencia como crises políticas e econômicas podem gerar repercussões transnacionais, exigindo uma abordagem integrada de segurança humana (Simões; Vaz, 2023).

Segundo estimativas recentes, mais de 7,7 milhões de venezuelanos abandonaram o país, sendo que aproximadamente 6,5 milhões permaneceram na América Latina em busca de proteção e melhores condições de vida, enquanto cerca de 1,2 milhão se espalhou por diferentes regiões do mundo (R4V, 2024). Conforme ilustra o gráfico 1, esses deslocamentos refletem a magnitude da crise humanitária e evidenciam a pressão sobre os países vizinhos para acolher e integrar essas populações.

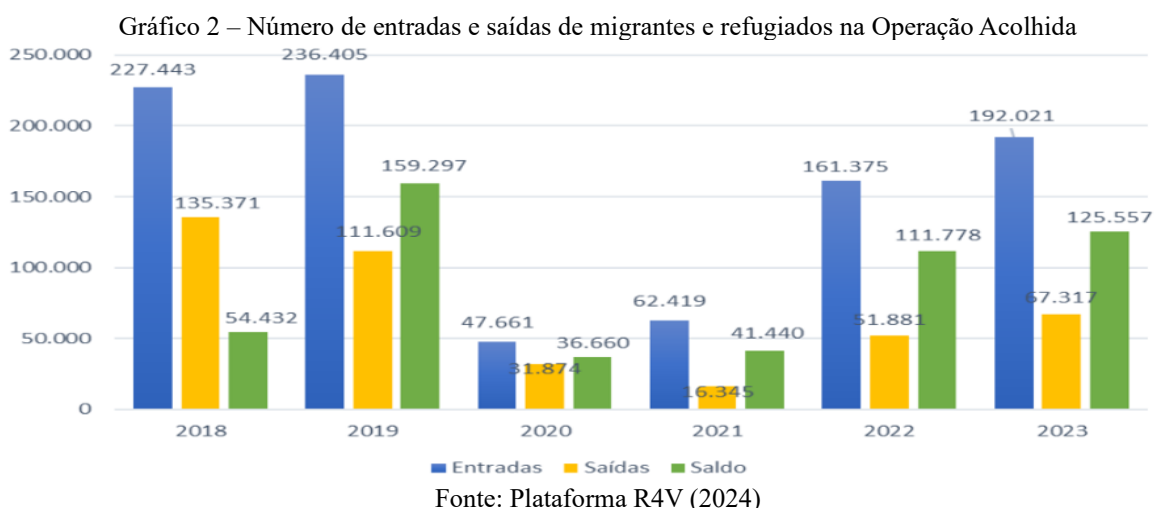
Gráfico 1 – Lista de países receptores dos migrantes e refugiados venezuelanos



Fonte: Plataforma R4V (2024)

A análise do gráfico mostra que a maioria dos migrantes venezuelanos permanece em países vizinhos da América Latina, com a Colômbia concentrando o maior contingente, cerca de 2,9 milhões, seguida pelo Peru com 1,5 milhão, evidenciando o caráter regional do deslocamento. O Brasil, com aproximadamente 568 mil pessoas, figura entre os principais destinos, juntamente com o Chile e o Equador, refletindo a proximidade geográfica e os esforços de acolhimento. Destinos fora da América Latina, como Estados Unidos, Espanha e Itália, apresentam números menores, indicando que a migração venezuelana é predominantemente regional, embora haja dispersão gradual para outros continentes. Esse panorama evidencia a magnitude do fluxo e os desafios humanitários enfrentados pelos países receptores, que precisam conciliar atendimento emergencial e políticas de integração de longo prazo.

No contexto brasileiro, o país se destaca como o quarto maior receptor de migrantes e refugiados, tendo acolhido mais de 568 mil pessoas, das quais aproximadamente 138,2 mil se estabeleceram em diferentes regiões do território nacional (R4V, 2024). Esse cenário evidencia a relevância do Brasil na gestão e resposta à atual crise migratória. Grande parte dessas pessoas chega por via terrestre, atravessando a fronteira entre Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e Pacaraima, em Roraima.



O gráfico acima apresenta a movimentação de migrantes no Brasil entre 2018 e 2023, destacando entradas, saídas e saldo anual. Observa-se que, nos anos de 2018 e 2019, o número de entradas foi significativamente maior que o de saídas, resultando em saldos positivos elevados, especialmente em 2019, quando o saldo alcançou 159.297 pessoas. Em 2020 e 2021, houve uma queda expressiva em todas as categorias, reflexo possivelmente das restrições impostas pela pandemia, com saldo diminuído para 36.660 e 41.440, respectivamente. A partir de 2022, as entradas voltam a crescer, superando novamente as saídas e gerando um saldo positivo significativo de 111.778, seguido em 2023 por 125.557, indicando uma retomada da mobilidade migratória no país e reforçando o papel do Brasil como receptor importante de migrantes na região.

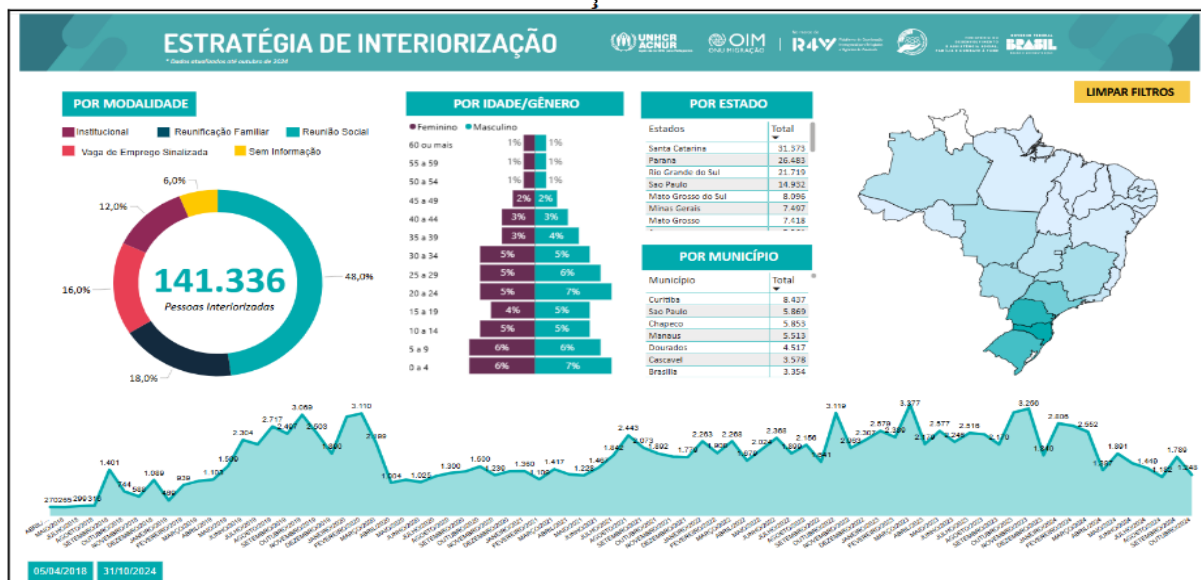
Nesse contexto, a chegada crescente de venezuelanos, especialmente pelo estado de Roraima, trouxe novos desafios e motivou o governo brasileiro a implementar uma resposta coordenada por meio da **Operação Acolhida**, ação que busca organizar a recepção, o abrigo e a interiorização desses migrantes de forma estruturada e humanitária.

A **Operação Acolhida** tem se destacado por sua atuação integrada, reunindo mais de 100 instituições nacionais e internacionais, incluindo agências da ONU, organizações não governamentais e órgãos públicos. A iniciativa adota uma perspectiva de segurança humana, oferecendo aos migrantes acesso a serviços essenciais, como saúde, alimentação, documentação, apoio psicológico e oportunidades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (Simões; Vaz, 2023).

Até o ano de 2024, mais de 140 mil venezuelanos foram transferidos para outras regiões do Brasil, promovendo sua inclusão social e econômica e evitando a superlotação de migrantes no estado de Roraima. Essa estratégia de interiorização contribui para a distribuição equilibrada da população migrante, ao mesmo tempo em que fortalece a integração das pessoas nos municípios receptores (Moraes; Simões, 2024).

Nesse viés, o gráfico 03 apresenta a estratégia de interiorização de migrantes venezuelanos pelo Brasil entre abril de 2018 e outubro de 2024, destacando que, até o final do período, **141.336 pessoas foram transferidas** para diferentes estados e municípios.

Gráfico 3 – Interiorização venezuelana no Brasil



Fonte: Plataforma R4V (2024)

Observa-se, pois, que a distribuição por modalidade indica que a maior parte ocorreu por reintegração familiar (48%), seguida de vagas de emprego e socialização. A análise por faixa etária mostra predominância de crianças e jovens de 0 a 29 anos, com uma leve maioria masculina. Geograficamente, os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul receberam o maior contingente, enquanto os municípios com mais interiorizações incluem Curitiba, São Paulo e Chapecó. Nesse contexto, a atuação das Forças Armadas tem se mostrado essencial nesse processo de acolhimento e interiorização de migrantes, especialmente em operações complexas que envolvem logística, segurança e apoio humanitário (Moraes; Simões, 2024).

4 PREPARAÇÃO MILITAR E DIMENSÕES DA SEGURANÇA HUMANA: CORRELACIONANDO CAPACIDADES E PROTEÇÃO INTEGRAL

O presente tópico justifica-se pela necessidade de compreender como o preparo e o emprego do Exército Brasileiro vão além da defesa territorial, contribuindo para a proteção das diferentes dimensões da segurança humana

4.1 O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HUMANA

A relação entre o preparo e o emprego do Exército Brasileiro e as dimensões da segurança humana evidencia que a atuação militar vai além da defesa territorial, assumindo papel estratégico na proteção integral de pessoas e comunidades em contextos de vulnerabilidade. Essa perspectiva ressalta que as Forças Armadas não se limitam a garantir a soberania nacional, mas também desempenham funções voltadas à salvaguarda da vida e à preservação da dignidade em cenários de crise humanitária (Souza, 2020).

A segurança humana, por sua vez, desloca o foco da segurança tradicional, antes centrada exclusivamente em ameaças militares e geopolíticas, para uma abordagem mais abrangente, que coloca o indivíduo no centro das ações de proteção. Ao valorizar aspectos como saúde, alimentação, moradia e bem-estar social, esse conceito amplia o entendimento sobre o papel do Estado e de suas instituições diante dos desafios contemporâneos, nos quais as ameaças à vida e à dignidade não se restringem ao campo bélico (Almeida, 2020).

Nesse cenário, o Exército Brasileiro desenvolve capacidades que vão desde a formação e qualificação de suas tropas até a execução de planejamentos logísticos e operacionais voltados para emergências civis e humanitárias. Esse preparo evidencia que sua missão ultrapassa a simples defesa de fronteiras, assumindo a responsabilidade de apoiar a sociedade em situações de crise e deslocamento populacional, reforçando a importância de sua atuação como instrumento de proteção integral e promotora da segurança humana (Wendling; Nascimento, 2021).

O preparo do Exército abrange a capacitação de soldados e oficiais em diferentes áreas, incluindo engenharia, saúde, transporte e comunicação, permitindo respostas rápidas e coordenadas diante de crises. Esse treinamento diversificado possibilita que as tropas atuem com eficiência em operações complexas, seja em desastres naturais, como enchentes e incêndios, seja em crises sociais, como o acolhimento de migrantes e refugiados. A capacidade de mobilização e logística do Exército garante não apenas a entrega de recursos essenciais, mas também a manutenção da ordem e segurança durante processos de emergência, promovendo um ambiente mais seguro para populações vulneráveis (Rodrigues, 2021).

No âmbito da segurança física, a presença do Exército Brasileiro é crucial para proteger indivíduos e comunidades contra riscos imediatos à vida. Operações em áreas de conflito ou regiões afetadas por desastres naturais demonstram como o preparo militar contribui para reduzir a exposição a perigos, promovendo uma sensação de proteção que vai além da simples força armada. Além disso, a atuação militar em contextos humanitários demonstra sensibilidade às necessidades locais, integrando ações de socorro com a preservação da dignidade e direitos fundamentais das pessoas atendidas (Salazar, 2021).

A dimensão da saúde é igualmente contemplada na atuação do Exército, que dispõe de hospitais de campanha, equipes médicas especializadas e capacidade de distribuir medicamentos e equipamentos em áreas remotas. Em situações de pandemia, por exemplo, o Exército tem colaborado com a logística de vacinas e atendimento emergencial, reforçando a importância de uma atuação que protege a vida e previne doenças. Essa interface entre militar e humanitário evidencia a correlação entre preparo e emprego das forças armadas e a promoção da saúde pública como um elemento central da segurança humana (Wendling; Nascimento, 2021).

Além disso, o Exército contribui para a segurança econômica e social por meio da estruturação de abrigos temporários, distribuição de alimentos e apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade. Ao garantir que recursos básicos cheguem a quem mais precisa, a atuação militar promove estabilidade social e reduz impactos econômicos decorrentes de crises, mostrando que a proteção integral não se limita a aspectos físicos, mas engloba condições de vida dignas e acesso a oportunidades (Duarte, 2019).

A segurança política e ambiental também se beneficia da presença do Exército Brasileiro, especialmente em regiões de fronteira ou áreas de preservação ambiental. A atuação nessas áreas garante proteção de recursos estratégicos e reforça políticas públicas de desenvolvimento sustentável, prevenindo conflitos e promovendo a gestão responsável do território. A combinação entre planejamento estratégico e ações de campo permite que a presença militar esteja alinhada com objetivos civis e sociais, reforçando a ideia de segurança ampla e integrada (Wendling; Nascimento, 2021).

O emprego do Exército em operações interinstitucionais demonstra a importância da coordenação entre diferentes órgãos governamentais, organizações não governamentais e agências internacionais. A integração de esforços possibilita respostas mais rápidas e eficientes, garantindo que ações humanitárias e de proteção sejam realizadas de forma coordenada e planejada. Essa articulação é essencial para enfrentar desafios complexos, como crises migratórias ou desastres naturais, em que a segurança humana depende de múltiplos atores trabalhando de forma conjunta (Simões; Vaz, 2023).

As operações de acolhimento de migrantes, como a Operação Acolhida, exemplificam de maneira clara a correlação entre o preparo militar e a segurança humana. O Exército contribui com transporte seguro, instalação de abrigos, distribuição de alimentos e apoio médico, permitindo que famílias vulneráveis se integrem de forma segura às comunidades de destino. A experiência adquirida em tais operações fortalece a capacidade institucional das forças armadas e demonstra a importância de sua atuação em contextos que exigem proteção integral das pessoas.

O impacto do preparo militar se reflete também na confiança da população e na percepção de segurança. Saber que existe uma força capaz de intervir de maneira organizada e eficiente em situações de crise reforça a estabilidade social e proporciona um ambiente de menor risco. Esse efeito

psicológico é um componente relevante da segurança humana, mostrando que a atuação militar influencia não apenas de forma prática, mas também simbólica, garantindo proteção e tranquilidade para a sociedade (Barboza, 2022).

Contudo, a correlação entre preparo e emprego do Exército enfrenta desafios, principalmente na adaptação de uma força tradicionalmente hierárquica para contextos humanitários que exigem flexibilidade e sensibilidade social. Equilibrar o rigor militar com a atenção às necessidades individuais e coletivas requer treinamento contínuo, desenvolvimento de protocolos específicos e integração com especialistas civis. Superar esses desafios fortalece a capacidade de resposta e amplia o alcance das ações em prol da segurança humana (Almeida, 2020).

As missões de paz da ONU também ilustram a aplicabilidade do preparo militar em contextos internacionais, permitindo que o Exército contribua para a proteção de civis em áreas de conflito. A experiência adquirida nessas operações retroalimenta o conhecimento interno, aprimorando técnicas de logística, mediação e assistência humanitária, o que reflete diretamente na capacidade de atuação dentro do território nacional (Moraes; Simões, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos da migração venezuelana no Brasil, com ênfase nas respostas humanitárias e nas políticas de proteção integral, avaliando a eficácia das ações do Estado e das instituições parceiras na promoção da segurança humana dos migrantes. Ao longo do trabalho, foi possível verificar que, embora haja avanços significativos em termos de coordenação interinstitucional, assistência emergencial e provisão de serviços básicos, persistem desafios estruturais que comprometem a plena proteção e inclusão social dessas populações. Dessa forma, o objetivo central do estudo foi alcançado, na medida em que se identificaram tanto os pontos positivos quanto as lacunas existentes nas políticas e práticas adotadas.

A análise revelou que a Operação Acolhida desempenha um papel fundamental na organização do acolhimento, proporcionando segurança física, acesso a saúde, alimentação e documentação, além de contribuir para a reintegração familiar e social dos migrantes. Entretanto, aspectos como acesso ao trabalho formal, moradia adequada e enfrentamento de discriminação ainda representam obstáculos significativos à segurança humana, mostrando que a atuação emergencial precisa ser complementada por políticas estruturadas e de longo prazo. A pesquisa também evidenciou a importância da atuação das Forças Armadas, não apenas em termos de logística e coordenação, mas também como elemento estratégico na proteção integral das pessoas deslocadas.

Outro ponto relevante identificado foi a necessidade de uma abordagem multidimensional da segurança humana, que considere não apenas a proteção física, mas também dimensões econômicas, sociais, psicológicas e ambientais. O estudo demonstrou que o deslocamento forçado envolve riscos

complexos e interdependentes, exigindo respostas integradas entre governo, sociedade civil e organismos internacionais. Assim, políticas e programas que não abordam essas múltiplas dimensões podem ter efeito limitado, ressaltando a importância de estratégias abrangentes e contínuas.

Embora o estudo tenha fornecido uma visão detalhada das respostas brasileiras à migração venezuelana, ele também apontou lacunas na literatura e na disponibilidade de dados atualizados sobre a eficácia das políticas implementadas. Nesse sentido, futuras pesquisas podem explorar análises comparativas com outros países da América Latina, avaliar impactos socioeconômicos de longo prazo sobre as comunidades de acolhimento e investigar estratégias de integração cultural e social dos migrantes. Essas abordagens podem contribuir para aprimorar políticas públicas e fortalecer a proteção integral no contexto de fluxos migratórios complexos.

Em suma, o estudo confirma que as ações emergenciais e humanitárias, combinadas à atuação estratégica das instituições e das Forças Armadas, têm sido essenciais para a mitigação de riscos e promoção da dignidade dos migrantes. Contudo, para assegurar segurança humana de forma sustentável, é necessário investir em políticas de longo prazo, integração social e econômica, e monitoramento contínuo das práticas adotadas. A pesquisa reforça a importância de compreender a migração não apenas como um fenômeno emergencial, mas como um processo que exige planejamento, coordenação e comprometimento de múltiplos atores sociais e institucionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. M. A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no Acolhimento de Refugiados e Migrantes Vulneráveis (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8908/1/MO%206286%20-%20VANDERSON%20MOTA%20DE%20ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- BARBOZA, T. P. Uma análise da Operação Acolhida sob a ótica da segurança humana (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11355>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- CERÁVOLO, L. E. S. Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018) (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4259>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- DUARTE, Álvaro. O papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no Estado de Roraima: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi” Dissertação. Boa Vista (RR): UERR, 2019. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_c8897edd87e5a146cc0f2fc79a0c38c8. Acesso em: 03 dez. 2025.
- MORAES, P. G. C. de; SIMÕES, G. A segurança humana e o emprego dos contingentes militares na operação acolhida. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 19, n. 57, p. 434–461, 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/5980/1303>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- RODRIGUES, C. T. S. Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira (Dissertação de Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9899/1/MO%206409%20-%20CHESLAINE%20TAVARES%20DA%20SILVA%20RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- SALAZAR, A. D. P. As contribuições da Operação Acolhida para a segurança e a defesa nacional no âmbito da Política Nacional de Defesa (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10001/1/MO%200991%20-%20ALLAN%20Danilo%20Paiva%20Salazar.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- SIMÕES, G. F.; VAZ, L. G. “O Preparo e o Emprego Militar na Crise Migratória Venezuelana no Brasil”. Boletim da Conjuntura (BOCA), vol. 15, n. 45, 2023.
- SIMÕES, Gustavo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2018. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes-obmigra/Perfil_Sociodemografico_e_laboral_venezuelanos_Brasil.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.
- SOUZA, Bernardo José Frohwein. Ajuda humanitária: a crise migratória da Venezuela e os impactos para o Brasil dentre os assuntos de segurança pública. Rio de Janeiro: ESG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1138/1/CAEPE.15%20TCC%20VF.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

SOUZA, Robert Maciel de. Impactos da Crise venezuelana na geopolítica regional – O papel do Exército Brasileiro. 2018. 75p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Políticas, Estratégia e Alta Administração do exército), Rio de Janeiro 2018. Disponível em: <https://ompv.eceme.eb.mil.br/images/movmig/movpop/Impactoscrisevenezuelanageop.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

VAZ. Alcides Costa, et al. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. *Análise Estratégica*, Brasília, ano 1, n. 3, p. 1, 3 e 7. Dez/Fev 2017. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/1171>. Acesso em: 03 dez. 2025.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L. A crise migratória venezuelana. *Boletim da Conjuntura (BOCA)*, vol. 8, n. 24, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/500/365>. Acesso em: 03 dez. 2025.